

TRIBUNA LIVRE

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA SILVA



Morte infantil: salve-se quem puder

Segundo o IBGE, do total de 464,7 mil pessoas nascidas no Brasil em 2007, apenas 75,6,1% (353,6 mil) sobreviveram em 2008; 285,0 mil (61,3%), alcançaram o ano de 2009 e 240,7 mil (51,8%) chegaram ao ano de 2010. Ou seja, quase metade (49,2% ou 224,0 mil) sequer alcançou os três anos.

Logo, estamos diante de estrondosa taxa de mortalidade infantil. Tudo bem, explica-se melhor: não estamos nos referindo a pessoas físicas, mas a pessoas jurídicas, de acordo com o estudo "Demografia das Empresas", o que, de qualquer forma, não permite sensação de alívio, pois não deixa de também ser um dado extremamente preocupante.

Embora a ordem econômica brasileira seja fundada, dentre outros princípios, na livre iniciativa, a Constituição destinou ao Estado papel de agente normativo e regulador da atividade econômica, incumbindo-lhe, por óbvio, visando evitar esses óbitos precoces, medidas que levem em consideração que encontram-se mais vulneráveis, engatinhando no polvoroso mercado, onde se está sempre correndo atrás de algo que permita manter-se de pé.

Sabe-se que existem políticas visando o alcance dessa finalidade, mas nada mais realista do que a realidade, ora apresentada, sem "photoshop", através do formidável estudo.

Aliás, investigação ainda mais sensível ao demonstrar que "a taxa de sobrevivência apresenta uma relação direta com o porte das empresas. Em 2010, nas empresas sem pessoal assalariado que entraram no mercado em 2007, a taxa de sobrevivência foi de 45,3%; nas empresas com 1 a 9 pessoas assalariadas foi de 70,3% e nas com 10 ou mais pessoas foi de 80,2%".

Se a "taxa de morte" foi ruim para todas, fato é que quanto menor a empresa, pior!

Se as políticas públicas devem ser mais sensíveis aos mais frágeis, mais razão quando maiores e menores convivem num mesmo mercado, baseado em dogma

globalizado de competitividade, onde a atividade de uma, potencialmente, pode contribuir para ensejar a cessação da atividade de outra.

Importa analisar que costumamos fazer de tudo para atrair grandes e ricas estruturas, mediante guerras intranacional e uma série de questionáveis benefícios, enquanto essas pequenas e pobres, que o estudo demonstrou, brasileiras genuínas, seguramente, vão sendo atropeladas no caminho.

Tão diferente da mobilização que ocorre quando se trata de grandes estruturas, pequenas, desaparecem quietas, de forma quase invisível, sem força suficiente para ensejar comoção em sua agonia, embora, por trás de cada uma delas, também residam corações.

Uns dizem que essa característica de impiedosa e efervescente instabilidade é inexorável sina do mundo; outros, ainda que se olhe para o lado e não se veja mais quase nada brasileira-mente nosso, afirmam que esse é o cenário do crescimento.

Talvez por isso já se encare com tamanha naturalidade até mesmo a fusão de empresas gigantes, apesar da indiscutível confusão gigante para empresas pequenas.

Portanto, para concluir, certamente na linha de "último romântico", mas na proporção em que impulsiona o desequilíbrio, vale-se da indagadora companhia de Bradley Trevor Greive, em "o sentido da vida": "por que nos impressionamos e ficamos tão obcecados com coisas e feitos de grandes dimensões, quando na verdade são as coisas pequenininhas que, combinadas, tornam as grandes coisas possíveis?"

Luiz Antônio de Souza Silva é promotor de Justiça e escritor